



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## Câmara de Vereadores de Itajaí



### EMENDA ADITIVA Nº 2 - PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 95/2017

#### EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO PARA O QUADRIÊNIO 2018-2021.

Art. 1º Fica criada no Anexo III - Metas Físicas e Financeiras na Unidade orçamentária 8008 - Secretaria de Obras e Serviços Municipais, a seguinte Ação:

	Metas Físicas					Metas Financeiras				
	2018	2019	2020	2021	TOTAL	2018	2019	2020	2021	TOTAL
Revitalização do Parque Ecológico Alessandro Weiss	0,25	0,25	0,25	0,25	1	125.000,00	125.000,00	125.000,00	125.000,00	500.000,00

Art. 2º Os valores das Metas Financeiras do artigo anterior, serão retirados da Unidade orçamentária 8008 - Secretaria de Obras e Serviços Municipais, ficando reduzido na forma abaixo a seguinte Ação:

	Metas Físicas					Metas Financeiras				
	2018	2019	2020	2021	TOTAL	2018	2019	2020	2021	TOTAL
2.83 - Manutenção de Prédios Públicos, Praças e Jardins	12	12	12	12	48	(-125 mil) 6.977.800,00	(-125 mil) 7.711.660,00	(-125 mil) 8.748.342,00	(-125 mil) 9.586.636,00	(-500 mil) 33.024.438,00



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## Câmara de Vereadores de Itajaí



### **JUSTIFICATIVA:**

#### DA POSSIBILIDADE JURÍDICA

As leis orçamentárias poderão ser emendadas visto que, o legislativo pode aperfeiçoar o orçamento-programa, ajustando-o às realidades econômico-financeiras do Município, com o objetivo da perfeita execução no exercício a que se destina, sem deturpar o ensejo original do Prefeito que tem a competência para a elaboração do projeto.

Quanto mais um regime se afasta do ideal da democracia, tanto menos o Legislativo tem poder de decisão quanto ao conteúdo do orçamento público. O orçamento atribui aos representantes do povo - já que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes - a aprovação da destinação dos recursos públicos. Todas as Constituições hodiernas dos regimes democráticos mencionam a discussão e votação do orçamento como atribuição dos parlamentares.

A função fiscalizadora do Poder Legislativo foi amplificada pela Constituição de 1988 ao atribuir a fiscalização não só da legalidade dos atos da Administração, como também da legitimidade, economicidade, e aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

Pois como expõe Beckert, citado por Hely Lopes Meirelles (2013, p. 634), "nos regimes democráticos, o povo delega poderes, não só de legislação, mas e, sobretudo de fiscalização, a seus mandatários nas Câmaras, para que assegurem um governo probo e eficiente".

Sendo assim, é necessária uma atuação conjunta do Executivo e Legislativo para entrar em consenso sobre o orçamento do Município, não sendo coerente a utilização do poder de emendas para causar dissenso entre os poderes.

Neste sentido:

"Em resumo, ao dever imposto pela Constituição ao Chefe do Executivo de elaborar e enviar o projeto de lei orçamentária corresponde o dever imposto ao Legislativo de examiná-lo, alterá-lo (se for o caso) e aprová-lo, sem possibilidade de rejeição total". Adilson Abreu Dallari, citado por Alexandre de Moraes (2008, p. 698)

Contudo, a Constituição impõe limites e restrições ao poder de emenda nas leis orçamentárias pelo Legislativo. O Supremo Tribunal Federal na ADI nº 973-7/AP destacou que "o poder de emendar - que não constitui derivação do poder de iniciar o processo de formação das leis - qualifica-se como prerrogativa deferida aos parlamentares, que se sujeitam, no entanto, quanto ao seu exercício, às restrições impostas, em 'numerus clausus', pela Constituição Federal".

A Constituição nada menciona sobre as emendas ao plano plurianual, pelo que incide a regra genérica do § 7º do art. 166, que diz que aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

As emendas ao projeto de PPA que impliquem aumento de despesa são admissíveis apenas caso atendam ao disposto no artigo 166, §3º, II ou se relacionem com as hipóteses previstas no §4º.

No caso em tela, o aumento de despesa foi retirado da própria "pasta" que lhe compete a a "Ação" (Manutenção de prédios Públicos, Praças e Jardins). Portanto não se trata de valores de dotações de encargo pessoal; serviço da dívida; e de transferências tributárias constitucionais. Apenas corrige a uma omissão do Poder Público Municipal quanto a inúmeras solicitações da comunidade.



# ESTADO DE SANTA CATARINA

## Câmara de Vereadores de Itajaí



### DAÇÃO

O Parque Ecológico Alessandro Weiss já foi alvo de inúmeras indicações do Poder Legislativo, para manutenção e revitalização do mesmo, os frequentadores reclamam da falta de manutenção do Parque, necessitando de inúmeras melhorias para que os mesmos possam desfrutar deste espaço com dignidade, digo isto, pois, nem mesmo banheiros há disponível para os frequentadores.

Dessa forma, faz-se necessário a revitalização e implantação de banheiros, construção de palcos, quadras poliesportivas, pistas de skate, dentre demais melhorias, que contribuam para o bem estar da família e de toda a sociedade Itajaiense.

Destaca-se que o Parque Ecológico Alessandro Weiss, estrategicamente localizado no encontro dos Bairros São João e São Vicente, próximo a escolas e comércios, é comumente frequentado por famílias e pessoas que buscam a prática de esportes, convívio social e lazer, uma alternativa oferecida pelo Município, nesta sociedade que cada dia mais refugia seus cidadãos dentro de suas próprias casas, sedentárias, isoladas, propícias a síndromes da depressão e demais doenças ocasionadas pelo modo de vida da atual sociedade em que vivemos.

Ante o exposto, roga-se para que acolha a solicitação proposta neste Projeto.

**SALA DAS SESSÕES, EM 13 DE JUNHO DE 2017**

**CARLOS AUGUSTO DA ROSA**  
**VEREADOR - PP**